

## RELAÇÕES AFETIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O (a) cuidador (a) suficientemente bom (boa)

Juliana dos Santos Terenzi<sup>1</sup>; Rebeca Teixeira de Souza<sup>1</sup>; Janaina Soares Sicuto<sup>2,5</sup>; Juliana Fernanda de Barros<sup>3,5</sup>; Laiana Tiemi Kawashima<sup>4,5\*</sup>

<sup>1</sup> Graduando em Psicologia, Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS; <sup>2</sup> Graduada em Psicologia; <sup>3</sup> Graduada em Psicologia; <sup>4</sup> Psicóloga e Especialista em Psicologia da Saúde – FAI; <sup>5</sup> Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS.

\* autor correspondente: laiana.kawashima@gmail.com

### RESUMO

A afetividade é um dos elementos fundamentais para que ocorra o desenvolvimento integral de uma criança, sendo o físico, psicológico, intelectual, cognitivo e social. Sendo assim, tomando como pressuposto de que não somente a família, que é o primeiro grupo social do indivíduo, mas também as pessoas que fazem parte do seu dia a dia, como os cuidadores e funcionários do Centro de Educação Infantil, devem exercer um papel que disponibilize a criança cuidado, proteção e carinho. O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, que tem como objetivo demonstrar a importância das relações afetivas na educação infantil, tomando como base principal a teoria de Winnicott. A pesquisa foi realizada no período compreendido entre os anos 1975 e 2018, buscando investigar a importância do (a) cuidador (a) suficientemente bom (a) para o desenvolvimento infantil dentro da educação infantil. Primeiramente, buscou-se fazer um breve relato sobre as concepções históricas do cuidado infantil e o surgimento das creches e, em seguida, abordou-se como as relações afetivas são estabelecidas nesse ambiente. Desta forma, é compreendido que a afetividade é algo presente e necessário na educação infantil, sendo importante refletir sobre como essas relações ocorrem e colaboram para o desenvolvimento biopsicossocial de um indivíduo.

**PALAVRAS-CHAVE:** afetividade; educação infantil; cuidadores.

### 1 INTRODUÇÃO

O referente artigo tem como intuito analisar a importância das relações afetivas entre a criança e o (a) cuidador (a) no espaço educacional infantil, tendo em vista que essa educação passou a ser terceirizada. O intuito principal é apresentar através de estudos teóricos, que há uma necessidade de que os cuidadores sejam afetivos para que possam fazer com que as crianças se sintam amadas e acolhidas a fim de levá-las ao desenvolvimento.

Assim, a instituição de educação infantil não deve ser percebida como um lugar de depósito das crianças para que as mães possam trabalhar, mas sim um lugar de educação e cuidado, onde cada uma delas é recepcionada e acolhida em sua singularidade (STEINMETZ, 2018).

Considerando que grande parte das crianças desde cedo são colocadas em creches, se faz necessário explorar, primeiramente, o conceito de cuidar e as mudanças ocorridas em razão das transformações no campo familiar para posteriormente analisar a influência que o cuidador dispõe na vida da criança.

O presente artigo tem como objetivo demonstrar a importância das relações afetivas entre o (a) cuidador (a) e as crianças na educação infantil e o quanto é essencial a construção desse afeto no processo de desenvolvimento da criança, tendo como base estudos teóricos sobre relações afetivas e, principalmente, a teoria de Winnicott.

O estudo foi construído através de uma pesquisa bibliográfica em referenciais teóricos publicados em artigos e

periódicos do SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) e PePSIC (Periódicos Eletrônicos de Psicologia), monografias, dissertações e livros no período compreendido entre os anos de 1975-2018, tendo como base os descritores: afetividade, educação infantil e cuidadores.

## 2 CONSTRUÇÃO DA RELAÇÃO AFETIVA

Ao iniciar o estudo sobre a construção afetiva no processo de cuidar, se faz importante pensar em suas concepções históricas e teóricas para que se possa compreender o desenvolvimento dessa na contemporaneidade.

O conceito de cuidado foi passando por inúmeras transformações, visto que na Idade Média, os serviços domésticos eram tidos como uma forma de educação, a criança era enviada pelos seus familiares a casas de outras famílias onde aprenderiam através da prática. Só a partir do século XV foi que a criança deixou de ter seu aprendizado dependente da convivência com os adultos e passou a ter sua aprendizagem através da escola (ARIÈS, 2006).

Tradicionalmente, o cuidado com a criança em desenvolvimento é realizado no contexto familiar, tendo a mãe como a principal responsável por ele. No entanto, houve um aumento da população feminina no mercado de trabalho, fazendo com que as famílias tenham que buscar novas formas de ajudas para o cuidado e educação das crianças (PACHECO; DUPRET, 2004).

Nesse contexto de transformação da sociedade e dos ambientes familiares, foi necessário o surgimento de instituições para amparar as crianças, como uma forma de auxílio para as mães trabalhadoras, além de cuidar das crianças pobres e auxiliar no combate à mortalidade infantil (MENDES, 2015).

Surgem, então, no século XX, as creches como uma consequência dos movimentos operários, tendo como

principal característica o assistencialismo que se preocupava com a alimentação, higiene e segurança das crianças e não existia um trabalho educacional e pedagógico (PACHECO; DUPRET, 2004).

Dessa forma, as creches surgiram com uma visão negativa, marcada pelo preconceito, pois essas instituições eram vistas como lugares de atendimento para crianças pobres, tendo como objetivo principal o cuidado com o corpo e alimentação (MENDES, 2015).

As creches atendiam as demandas da população trabalhadora para que fosse possível a dupla jornada de trabalho: criação dos filhos e sustento da família, sendo lugares onde a criança, basicamente, é cuidada enquanto sua mãe trabalha e não eram vistos como ambientes educativos (PACHECO; DUPRET, 2004).

Somente na Constituição Federal de 1988 a educação infantil foi legitimada, sendo considerada como um direito da criança e definindo como uma função das creches e pré-escolas cuidar e educar (ALVES; VERÍSSIMO, 2007).

A partir daí as creches, que antes eram vinculadas à assistência social, passaram a ser responsabilidade da educação. As instituições não tinham responsabilidade somente de cuidar, mas de realizar um trabalho educacional (PASCHOAL; MACHADO; 2009). Com isso, a educação infantil começa a ser reconhecida em seu caráter pedagógico e a criança passa a ser vista como um ser ativo em seu processo de desenvolvimento (MENDES, 2015).

De acordo com a Lei nº 12.796, de 2013, a educação infantil é a primeira etapa da educação básica, sendo dividida em: creches, que atendem crianças de zero a três anos; e pré-escolas, que atendem crianças de quatro a cinco anos. Ambas têm como objetivo o desenvolvimento integral da criança, compreendendo os aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

Partindo do princípio de que dentro da creche a criança está exposta a novas

atividades que agregam a sua experiência de vida, as quais auxiliam no seu desenvolvimento, sendo esse um processo que começa em seu nascimento e acontece de forma contínua por toda sua vida, sendo que as condições necessárias para sua ocorrência não são estáticas, fazendo com que a vida seja considerada uma série de experiências intensas que podem influenciar seu desenvolvimento (WINNICOTT, 1979).

Para isso, são necessários os mais variados estímulos, como o toque, o olhar, o falar, o brincar, a atenção etc. (ALVES; VERÍSSIMO, 2007). Desta forma, a visão, audição e todos os sentidos são meios pelos quais as crianças descobrem o mundo que está a sua volta (DUARTE; BATISTA, 2014) e a instituição de educação infantil tem uma participação ativa nos processos de constituição do sujeito (STEINMETZ, 2018).

A escola pode representar, na maioria das vezes, o primeiro núcleo da criança fora da família, fazendo com que ela busque acolhimento, paciência e respeito ao seu processo de desenvolvimento na relação cuidador-criança (ALENCAS-TRO, 2009). Assim, o cuidado de qualidade tem a capacidade de gerar confiança e um vínculo afetivo entre o adulto e a criança (ALVES; VERÍSSIMO, 2007).

A escola não é uma alternativa para o lar, mas proporciona oportunidades para o estabelecimento de relações pessoais com outras pessoas que não sejam os pais da criança, tendo a função importante de fornecer, durante algumas horas, uma atmosfera emocional que tende a contribuir para o desenvolvimento pessoal da criança (WINNICOTT, 1979).

A formação da criança está vinculada às experiências que ela adquire com o tempo presente no mundo e ao ingressar na escola, a criança passa a conviver com pessoas diferentes de seu grupo familiar, sendo que essas pessoas são responsáveis pelo cuidado e educação que será oferecido à criança no período em que ela está dentro da instituição

(CAPELASSO, 2011).

De acordo com Silvia (2014, apud DIAS 2018) a relação que a criança irá desenvolver com os funcionários da creche é fundamental para a sua adaptação em um novo ambiente. Estando ela em um novo espaço físico e em contato com novas atividades, objetos e diversos outros fatores que são essenciais para promover seu desenvolvimento, a criança, através da relação afetiva, constitui sua identidade e independência.

O ambiente escolar, por muitas vezes, é um local onde a criança acaba por conviver mais com os cuidadores que os próprios familiares. Assim, o local precisa ser um ambiente afetivo de confiança e intimidade, pois é, nela, através da relação com seus cuidadores, que a criança busca suprir sua carência que falta em outros espaços (GAZARO, 2018).

Portanto, a escola deve oferecer um espaço seguro, onde a criança possa se sentir protegida e acolhida e o papel do (a) cuidador (a) é transformar esse espaço em um ambiente em que a criança sinta prazer de estar, despertando sua curiosidade para sondar e descobrir todo o espaço e tudo o que ele pode oferecer (DIAS, 2018).

Desta forma, o (a) cuidador (a) deve ser uma figura sensível e responsiva às necessidades da criança, assim, através do vínculo construído entre eles, ele não só irá garantir a sobrevivência da criança como também irá intermediar as relações dela com o mundo (AMORIM et al., 2012).

Os cuidadores também contribuem para que exista um espaço de acolhimento e aconchego, através de seu posicionamento de disponibilidade e em seus atos de cuidado direcionados às crianças (STEINMETZ, 2018).

Segundo Bowlby (2006 apud Capelasso, 2011), o laço afetivo é construído de acordo com o comportamento social de cada sujeito. Ambos os indivíduos envolvidos no vínculo devem consentir na aproximação com o outro, facilitando a relação, em contrapartida quando não há

esse vínculo, haverá uma grande resistência frente a qualquer aproximação que o outro possa tentar.

A relação entre os indivíduos é cercada de sentimentos e emoções que adquirem de acordo com o meio no qual se encontram inseridos, é através desses estímulos afetivos que os sujeitos entrelaçam as relações, sendo assim, a presença do afeto é essencial para que a criança se sinta amada e protegida a ponto de se sentir segura ao se relacionar com os demais indivíduos da sociedade (SILVA, 2014).

Acolher uma criança pequena é poder se expressar em seu nome e defendê-lo, bem como estar atento a seus comportamentos e interpretá-los, mas nunca tudo isso sem ter a intenção de ter o controle. Portanto, o desenvolvimento da criança está relacionado aos ajustes afetivos feitos por seus cuidadores, sejam estes seus genitores, familiares ou outras pessoas que se responsabilizam pelo cuidado (STEINMETZ, 2018).

Logo, pode ser dito que a afetividade é um estado psicológico que conecta várias manifestações dos sentimentos mais profundos e complexos de um ser humano. Isto é, um sentimento visível na relação entre pessoas ligadas pelo amor e pelo medo da perda, o que acaba desencadeando outras emoções e desejos, como ciúme, ódio, inveja e saudade, entre outros (GAZARO, 2018).

Dessa forma, faz-se importante pensar como podem ser construídas e compreendidas essas relações afetivas. Em seus estudos, Winnicott (1975) postula o conceito de mãe suficientemente boa, sendo ela a única capaz de levar a criança ao desenvolvimento, sendo capaz de se adaptar às necessidades da criança. Essa adaptação demanda uma preocupação ativa e até certa devoção à criança pequena, mas que também diminui gradativamente.

Embora a mãe da criança seja naturalmente aquela que tem mais probabilidade de exercer essa função, não

necessariamente é ela quem irá desempenhar esse papel. Desta forma, quando os pais não conseguem desempenhar essa função, outros cuidadores, sejam eles outros membros da família ou até mesmo professores e funcionários da escola (WINNICOTT, 1975).

Para Winnicott (1979), a escola maternal não é um substituto para uma mãe ausente, mas tem a função de ampliar o papel desempenhado pela mãe, atuando de forma complementar. Por isso, será usada a expressão cuidador (a) suficientemente bom (boa), considerando este como aquele que consegue se adaptar às necessidades da criança, desempenhando as funções propostas pelo autor, sendo capaz de levar a criança a um desenvolvimento.

Para Winnicott (2011), o (a) cuidador (a) suficientemente bom tem três funções: holding (segurar), handling (tocar) e apresentação de objetos. O holding está intimamente ligado à identificação do cuidador com a criança, promovendo uma relação de segurança e acolhimento. Já o handling é uma função que corresponde à relação de cuidado entre adulto e criança, auxiliando em sua formação psicossomática. Por fim, a apresentação de objetos é responsável por introduzir a criança ao mundo, aguçando sua criatividade e curiosidade.

Considerando essas funções, pode-se afirmar, segundo Winnicott (2011) que a criança que tem cuidadores suficientemente bons tem seu ego fortalecido e consegue desenvolver-se de maneira saudável. Por outro lado, uma criança que experimenta uma relação em que lhe falta os estímulos e o afeto, pode experimentar um desenvolvimento significativamente menor de seu cérebro comparado a uma criança que recebe um cuidado caloroso e responsivo (ALVES; VERÍSSIMO, 2007).

Também é importante dizer que, na teoria winnicottiana, a mãe suficientemente boa não é perfeita a todo tempo, existem erros durante esse processo e

esses erros são essenciais para o bom desenvolvimento da criança (ROSA; CASTRO, 2017).

Com o tempo a mãe começa a voltar seu cuidado para si, desligando-se de forma natural da criança, fazendo com que essa crie um sentimento de angústia causado por essa distância, esse processo se torna crucial para o desenvolvimento e maturidade desse ser, pois esse afastamento da mãe vai permitindo à criança descobrir a realidade externa (ROSA; CASTRO, 2017).

Toda mãe suficientemente boa deve estar presente, mas também precisa se afastar para olhar e cuidar de si. Assim também o (a) cuidador (a) mediador (a) conduz sua sala, acompanhando pacientemente seus alunos, mas também se afastando, produzindo a angústia necessária para a acomodação do conhecimento. Cria, pois, uma relação de dependência parcial da criança, pois esta possui conhecimentos culturais próprios e, o (a) cuidador (a), na condição de mediador (a) dos processos de conhecimento, respeita e potencializa tais recursos. (ROSA; CASTRO, 2017, p. 9).

De igual modo, na relação entre o (a) cuidador (a) e a criança também se faz indispensável o acontecimento de erros e o distanciamento desse (a) cuidador (a) proporciona à criança um aumento de seu conhecimento e independência (ROSA; CASTRO, 2017).

Na educação infantil, o (a) cuidador (a) atua como suficientemente bom à medida que consegue fazer um ajustamento e identificação com as necessidades das crianças, que precisa ser acolhida, fazendo da relação afetiva um elemento facilitador do desenvolvimento e da aprendizagem (ROSA; CASTRO, 2017).

Além disso, outro fator importante para o desenvolvimento é a presença de um ambiente facilitador, onde as necessidades da criança são supridas. Essas necessidades, inicialmente, são de origem fisiológica e corporal, mas, depois, se transformam em necessidades emocio-

nais e psicológicas (LEJARRAGA, 2008).

A criança, no espaço escolar, busca estabelecer uma relação de trocas afetivas entre ela e seu cuidador (a), estabelecendo-se, assim, um vínculo e um processo de identificação, sendo estes, os pontos iniciais para o processo de aprendizagem (ALENCASTRO, 2009).

Dessa forma, o ambiente suficientemente bom é aquele que tem a capacidade de fornecer amor e cuidado. Quando o ambiente não consegue fazer essa adaptação, a criança precisa reagir a isso, adaptando-se a ele através de uma agonia impensável por causa desta falta que encontra no ambiente (LEJARRAGA, 2008).

Portanto, é indispensável que, dentro do ambiente escolar, haja disponibilidade por parte dos profissionais, devendo estes ser pacientes, acolhedores e afetuosos (STEINMETZ, 2018), pois, caso contrário, corre-se o risco de priorizar apenas o pedagógico, esquecendo-se a constituição afetiva do sujeito que também é um item indispensável para que haja um desenvolvimento de forma integral (KRUEGER, 2003).

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as informações abordadas anteriormente neste trabalho, pode-se refletir que o cuidado com a criança pequena realizado pelos profissionais dentro dos Centros de Educação Infantil está diretamente ligado à afetividade. Sendo assim, a creche e os profissionais que ali trabalham, desde professores e auxiliares a merendeiras e auxiliares de limpeza, têm por função o cuidado de forma integral. Em teoria, eles são responsáveis não somente por suprir as necessidades físicas e intelectuais, mas atuam como um importante suporte emocional e afetivo, acolhendo a criança em suas particularidades.

No entanto, na prática, não se pode afirmar que todos os cuidadores consigam desempenhar esse papel de

maneira efetiva com todas as crianças que estão debaixo de seus cuidados, pois o vínculo se estabelece de maneiras diferentes com cada uma delas. Faz-se, portanto, necessária a reflexão acerca da construção das relações afetivas que ocorrem entre o (a) cuidador (a) e a criança, contribuindo para a desconstrução da ideia amplamente aceita de que somente gostar de crianças é suficiente para cuidar bem delas.

## REFERÊNCIAS

ALVES, R. C. P.; VERÍSSIMO, M. D. L. O. R. Os educadores de creche e o conflito entre cuidar e educar. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 13-25, 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/jhgd/article/view/19811/21882>>. Acesso em: 29 fev. 2020.

AMORIM, K. de S. et al. O bebê e a construção de significações, em relações afetivas e contextos culturais diversos. *Temas em psicologia*, v. 20, n. 2, p. 309-326. 2012. Disponível em: <<https://www.re-dalyc.org/pdf/5137/513751440003.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC. 196 p., 2006.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera A Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Que Estabelece As Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Para Dispor Sobre A Formação dos Profissionais da Educação e Dar Outras Providências. Brasília, DF, 4 abr. 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1)>. Acesso em: 30 mar. 2020.

CAPELASSO, R. R. M. Contribuições da educação e da psicologia: a importância

do vínculo afetivo entre as auxiliares de desenvolvimento infantil e crianças da creche de 0 a 4 anos. 2011. 101 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestre em Educação, Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2011. Disponível em: <<http://bdtd.unoeste.br:8080/tede/bitstream/tede/843/1/dissertacao.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

DIAS, B. S. O relacionamento professor-aluno na educação infantil: observações de vínculos corriqueiros em sala de aula com crianças de 1 a 2 anos participantes de uma creche. 2018. Disponível em: <[https://bdm.unb.br/bitstream/10483/21750/1/2018\\_BeatrizSimaoDias\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/21750/1/2018_BeatrizSimaoDias_tcc.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2020.

DUARTE, B. da S.; BATISTA, C. V. M. Desenvolvimento infantil: importância das atividades operacionais na educação infantil. *Semana da Educação*. XVI. 2014. Anais. Londrina. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/semanaeducacao/pages/arquivos/ANAIS/ARTIGO/SABERES%20E%20PRATICAS/DESENVOLVIMENTO%20INFANTIL.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

GAZARO, D. C. dos S. O papel da afetividade na educação infantil. 2018. 18 f. Monografia (Especialização) - Curso de Educação, Instituto Federal Catarinense, Abelardo Cruz, 2018. Disponível em: <<http://abelardoluz.ifc.edu.br/wp-content/uploads/2019/02/TC-Daniela.pdf>><<http://abelardoluz.ifc.edu.br/wp-content/uploads/2019/02/TC-Daniela.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2020.

LAJARRAGA, A. L. Os afetos em Winnicott. *Cadernos de Psicanálise*, v. 30, n. 21, p. 87-101, 2008.

MENDES, S. de L. Tecendo a história das instituições do Brasil infantil. *Saberes, Natal*, v. 1, n. 11, p. 94-100, 2015. Disponível em:

<<https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/download/6685/5206/>>. Acesso em: 29 mar. 2020.

PACHECO, A. L. P. de B.; DUPRET, L. Creche: desenvolvimento ou sobrevivência? *Psicologia Usp*, [s.l.], v. 15, n. 3, p.103-116, 2004. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-65642004000200006>. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-65642004000200006&script=sci\\_arttext&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-65642004000200006&script=sci_arttext&lng=pt)>. Acesso em: 29 fev. 2020.

PASCHOAL, J. D.; MACHADO, M. C. G. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. *Revista Histedbr*, Campinas, n. 33, p.78-95, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639555/7124>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

ROSA, M. G. de O. S.; CASTRO, R. E. F. de. A mensuração da afetividade em sala de aula. *Revista Construção Psicopedagógica*, v. 25, n. 26, p. 24-33. 2017. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cp/v25n26/04.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

SILVA, A. P. B. D. A afetividade na relação adulto-criança na educação infantil. 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/2876/1/APBS22082014.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

STEINMETZ, F. A. A função do cuidador no processo de subjetivação dos bebês que frequentam escolas de educação infantil. 2018. 71 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Santa Rosa, 2018. Disponível em: <<https://bibliodigital.uni-jui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/5822/Fabiane%20Angelita%20Steinmetz.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 12 ago. 2020.

WINNICOTT, D. W. A família e o desenvolvimento do indivíduo. 4ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

WINNICOTT, D. W. O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

WINNICOTT, D.W. A criança e o seu mundo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.